



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Ana Clara da Silva Moreno da Rocha

AS RAÍZES DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA NA AMÉRICA LATINA

Rio de Janeiro

2022

Ana Clara da Silva Moreno da Rocha

AS RAÍZES DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA NA AMÉRICA LATINA

Projeto de Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador: Pedro de Araujo Quental

Rio de Janeiro

2022

Ana Clara da Silva Moreno da Rocha

AS RAÍZES DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA NA AMÉRICA LATINA

Projeto de Monografia apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Pedro de Araujo Quental
FIOCRUZ/EPSJV

Marcello de Moura Coutinho
FIOCRUZ/EPSJV

Carolina Vianna Dantas
FIOCRUZ/EPSJV

*Dedico esse trabalho a todos os revoltosos com a
desigualdade do nosso território.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio — Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional, e por me permitir e me ensinar a desenvolver o pensamento crítico e político ao longo desses quatro anos. Sem essa oportunidade de ensino esse trabalho não existiria.

Agradeço ao meu orientador, com quem compartilhei ideias e construções e foi fundamental para a minha paixão pela América Latina e o presente tema, além de ser o guia extraordinário para que esse trabalho fosse elaborado de maneira crítica e de fácil compreensão.

Agradeço a minha banca, professor Marcello Coutinho, que me auxiliou nesse caminho, compartilhando ideias e fortalecendo meu senso crítico e moral ao longo não só dessa monografia, mas também em todos os anos de sala de aula.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, por lutar com afinco para que eu tivesse a oportunidade de terminar meus estudos, mesmo quando as coisas não estavam fáceis, e por me ensinar que não há nada mais valioso que o amor e o estudo. Ainda agradeço ao meu irmão, que mesmo com seus próprios problemas tirava um tempo para me ensinar a lidar com as minhas emoções e me auxiliou na execução do trabalho, é graças a ele que meu projeto avançou com fluidez.

Agradeço imensamente a todos os professores exemplares que passaram pela minha vida acadêmica, desde o primário até o ensino médio, que despertaram em mim a vontade, a curiosidade e a paixão para estudar mais os temas essenciais para se formar um cidadão politizado. Em especial aos meus primeiros professores de história e geografia.

Por fim, agradeço ao meu namorado e melhor amigo, Guilherme Santos da Silva, por me apoiar e me cuidar nas crises de ansiedade, medo e desespero, por sempre estar ao meu lado e enxergar em mim a capacidade de elaborar um trabalho tão importante, mesmo quando eu duvidei. É graças a ele que consegui vencer a insegurança e finalizar minha monografia.

“Está meu coração nesta luta.

Meu povo vencerá.

Todos os povos vencerão, um por um.”

(Pablo Neruda)

RESUMO

Este projeto procurou destrinchar e evidenciar as estratégias de dependência e exploração presente no capitalismo para subordinar a região latino-americana, mantendo sua condição periférica como uma forma de desenvolvimento essencial para a perpetuação do sistema do modelo de produção.

A metodologia presente neste estudo foi apresentar a teoria da dependência, pautada principalmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos na matriz marxista e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto para a matriz weberiana, a partir da revisão de literatura.

Palavras-chave: América Latina; Subdesenvolvimento; Teoria da Dependência; Capitalismo Histórico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - CAPITALISMO HISTÓRICO	11
CAPÍTULO 2 – A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	14
2.1. A TEORIA WEBERIANA.....	18
2.2. A TEORIA MARXISTA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

INTRODUÇÃO

Este estudo analisou as origens da condição periférica na América Latina a partir das contribuições da teoria da dependência, do materialismo dialético e do capitalismo histórico. Buscou-se, dessa forma, identificar os fatores históricos responsáveis pela condição periférica, explicar o processo de Divisão Internacional do Trabalho e identificar como a condição de dependência afeta a região latino-americana. Assim, o trabalho fundamentou-se em uma abordagem qualitativa a partir da revisão de literatura, tendo como referência os descritores: América Latina; Teoria da Dependência; capitalismo histórico.

Deve-se destacar que a região latino-americana é plural, composta por países em condições periféricas de diferentes intensidades, mas atingidos pela mesma inserção submissa na economia capitalista, o que este presente projeto procurou explicar.

A América Latina foi apontada como “a região mais desigual do mundo” no relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em dezembro de 2019. Os problemas que resultaram a região essa condição periférica, derivam de heranças históricas e políticas que envolvem o território em um ciclo de subordinação econômica. Sendo assim, A Teoria da Dependência, pautada por autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, a partir de uma perspectiva marxista, e Fernando Herinque Cardoso e Enzo Faletto, a partir de uma perspectiva weberiana, atribuem a condição periférica da região a exploração capitalista. A partir dessa análise, é possível caracterizar o subdesenvolvimento como um produto de uma dominação política e econômica presente em estratégias que visam formar países dependentes de economias externas, logo, não se caracteriza por falta ou dificuldade de desenvolver, mas como uma trajetória subordinada inserida na economia mundial. (MARTINS, 2006).

Portanto, é necessário entender a desenvoltura do sistema capitalista em um país em condição periférica para compreender que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são partes distintas de um mesmo processo. Então, ao analisar, é possível avaliar o tema a partir de uma perspectiva crítica às doutrinas liberais para compreender e elaborar estratégias unidas à consciência de classe para sair do ciclo do capital, sem a manipulação das massas.

Para entender esse processo é preciso remontar a formação inicial do capitalismo, que se iniciou no período de crise do modelo de produção feudal, na Europa, quando este já não era eficiente em suprir necessidades dos camponeses, e com o avanço dos comércios e migrações é superado pelo modelo de produção capitalista.

Nos séculos XV e XVI, com o avanço das explorações marítimas europeias, buscando recursos, terras e comércio, a região hoje conhecida como América Latina, foi colonizada e utilizada para fornecer ouro, prata e produtos primários para seus colonizadores durante décadas, matérias-primas sendo essas essenciais para a consolidação do sistema mundo-moderno colonial (QUENTAL, 2013).

Sendo assim, é importante olhar a história da América Latina de forma crítica, desde sua invasão pelos colonizadores, suas funções econômicas enquanto colônia para entender como a região foi afetada, pois mesmo após a independência dos países latino-americanos são encontrados resquícios, permanências e atualizações dessa dependência.

Após a independência, os países latino-americanos são subordinados às economias de países centrais que mantêm a condição periférica, não como uma oposição ao desenvolvimento, mas como parte da articulação do capitalismo mundial. Porém, é após a Segunda Guerra Mundial que estudiosos tentam entender o real motivo desse “atraso” e suas possíveis soluções, nascendo as propostas desenvolvimentistas, que buscavam fortalecer a economia da região por meio da industrialização. A industrialização é implementada, porém, não resolve os problemas estruturais na América Latina e surge, então, a necessidade de um estudo das estruturas históricas e atuais dessa condição periférica, entre eles, a chamada a Teoria da Dependência (SANTOS, 1998) (MARTINS, 2006).

Portanto, é indispensável entender o processo de formação da América Latina e os ciclos de manutenção da condição subordinada da região para, assim, compreender os reais motivos da vulnerabilidade, das desigualdades e das crises econômicas e sociais que marcam a realidade de seus países.

Nesse sentido, a questão-norteadora do presente trabalho pode ser resumida como: quais as origens históricas da condição periférica nos países da América Latina?

Para isso, utilizaremos autores responsáveis por explicar o Capitalismo Histórico e a Teoria da Dependência.

CAPÍTULO I — CAPITALISMO HISTÓRICO

A origem do capitalismo, de acordo com Immanuel Wallerstein em *O moderno sistema mundial (1974)*, se deve às condições favoráveis para a sua desenvoltura no moderno sistema mundial presente na Europa durante o século XVI, momento em que o continente vivia uma crise feudal onde o modo de produção não era mais capaz de suportar as mudanças contínuas, como a migração e a formação de cidades, conseqüentemente o avanço dos comércios, a dissolução do trabalho servil rural e as inovações tecnológicas, além da perda da capacidade de extrair excedentes (MARTINS, 2006).

Logo, era necessária uma nova forma (ou modo de produção) que diminuísse os custos com os trabalhos, mas, em simultâneo, elevasse sua acumulação de capital, principalmente da burguesia inicial. Por isso inicia-se uma busca de expansão geográfica, dando início ao mercantilismo, primeira fase do capitalismo comercial (MARTINS, 2006).

O mercantilismo foi um conjunto de estratégias que buscavam o acúmulo de capital, e para isso foi necessário o fluxo comercial (troca de mercadorias) entre os Estados, o escravismo e o colonialismo. Nesse cenário as Américas tinham um papel decisivo, pois os países em formação dependiam de seus recursos naturais (prata e ouro para as moedas, e alimentos para os europeus), mas também como compradores, criando o pacto colonial, onde a colônia só poderia comprar e vender coisas para a metrópole (MARTINS, 2006).

Sendo assim, a expansão e acumulação do capital foi responsável pela competitividade entre os Estados, e pela criação da divisão internacional do trabalho, a partir de uma hierarquização de tarefas que requerem níveis de qualificações e demandas específicas, dividindo territórios em três classes: periferias, semiperiferias e centros, impulsionando o desenvolvimento desigual e combinado. Apesar da diferença entre as qualificações, o centro não é independente,

ele necessita das outras camadas para sobreviver, tal qual uma pirâmide, onde o topo não existe sem a base (MARTINS, 2006).

O capitalismo histórico é marcado por ciclos sistêmicos, caracterizados pela ascensão ou a crise de um Estado hegemônico e sendo divididos entre ciclos. Cada ciclo sistêmico incorpora traços de seu ciclo anterior, como uma melhora de um projeto, e para isso requer novas formas organizacionais de dimensões e complexidades. Os ciclos podem ser divididos entre o genovês-espanhol, que desenvolveu a potência imperial na Espanha, vinculando finanças e comércio ultramarino; o holandês, que o sucedeu e articulou-se em caráter nacionalista-corporativista, possibilitando a queda do império espanhol e o territorialismo estratégico; o britânico utilizou-se também do territorialismo, criando um império comercial que permitiu a especialização de indústrias que baratearam a mão-de-obra e mantiveram o capital constante, e dependiam de produtos alimentícios e minerais vindo da América Latina para seu funcionamento. Já o ciclo estadunidense nasce como a potência que tem em vista manter e aprofundar o sistema interestatal, com um projeto de não apenas lutar com os outros países na competição interestatal, mas também contra o proletariado, aprofundando o liberalismo em seu ciclo (MARTINS, 2006).

Com a desenvoltura da competitividade entre Estados foi desencadeado ao longo dos anos uma série de eventos e conflitos históricos, que mesmo em diferentes períodos tinham o mesmo objetivo: conseguir terras com ou sem a utilização da força: como o Imperialismo (1850 – 1950) caracterizado por um momento de partilhas de territórios; a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) que sucedeu após o imperialismo como uma consequência de uma insatisfação nessa partilha e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) onde, mais uma vez, existia o interesse expansionista (MARTINS, 2006).

Outro movimento importante que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo histórico foram os ciclos de Kondratiev, teorizados nos anos 1913 e 1939. Diferente dos ciclos sistêmicos, os ciclos de Kondratiev são longos, variando entre 48 a 70 anos e faseados em crescimento econômico e recessão, pois o autor afirma que o capitalismo é um sistema de expansão de equilíbrio móvel, cuja luta de classes é fundamental para decidir a continuidade ou ruptura de um ciclo (MARTINS, 2006).

Nessa teoria, o período de crescimento econômico é caracterizado pela explosão de guerras e convulsão social, pois permite a onda expansionista e a competição por mercados e matérias-primas. Enquanto o período de recessão são os que desenvolvem as lutas de classes, com seu início durante o crescimento social e sua aparição na recessão. Onde os períodos de maiores tensões são as de uma etapa para a outra, acumulando tensões políticas de diferentes intensidades (MARTINS, 2006).

Carlos Eduardo Martins, em seu livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, ainda destaca a tendência decrescente da taxa de lucro como um ponto importante do capitalismo histórico, pois segundo Karl Marx, em *O capital*, é o que decide o desenvolvimento da acumulação de capital. Nessa tendência, Marx afirma que a competição capitalista por mais-valia cria um processo crescente de elevação das ameaças (orgânicas ou técnicas) da taxa de lucro, porque, com o avanço da tecnologia e a substituição em massa da mão-de-obra humana por máquinas, o capital circulante é afetado diretamente, já que sem empregos e conseqüentemente sem dinheiro, a população tende a consumir menos (MARTINS, 2006).

Por isso, a industrialização cria uma divisão do trabalho, estabelecendo taxas exponenciais de crescimento de mais-valia, criando uma diferença e barateando a força de trabalho, onde o produto produzido pelo proletariado se torna mais barato, e de fácil acesso à população, sem que a taxa de lucro seja afetada (MARTINS, 2006).

O conjunto desses fatos é responsável por traçar o desenvolvimento do sistema capitalista atual, desde a divisão internacional do trabalho, até a exploração de colônias e ciclos de dependência entre países após a independência (MARTINS, 2006).

A divisão internacional do trabalho é assinalada com o desenvolvimento do capitalismo, caracterizada por uma divisão do trabalho hierarquizada por classes e grupos sociais no processo produtivo global. Assim, a região latino-americana é inserida como a produtora de produtos primários, modo característico do desenvolvimento de países periféricos, possuindo uma economia frágil e dependente de capital externo (MARTINS, 2006).

CAPÍTULO II — A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência surge na década de 1960 como uma alternativa ao fracasso das análises e propostas desenvolvimentistas de explicar as condições do desenvolvimento econômico contemporâneo na região latino-americana. Tendo principal teoria de que a estratégia de industrialização baseada na substituição de importações era falha e não romperia o ciclo de subdesenvolvimento, visto que é uma parte crucial para a expansão mundial do capitalismo, além de sua consequência como modelo econômico (MARTINS, 2011; TRINDADE, 2018).

As propostas desenvolvimentistas ganharam força na América Latina após a Segunda Guerra Mundial e buscavam atender diferentes interesses e necessidades na região. Após a crise da hegemonia britânica, um caos sistêmico se instalou no moderno sistema mundial, espalhando uma destruição que atingiu fortemente países centrais, semiperiferias e periferias, acentuando problemas que resultaram em movimentos revolucionários que procuravam se distanciar das oligarquias agrárias e do imperialismo, focando no nacionalismo e no desenvolvimento (MARTINS, 2011).

Sendo assim, o nacional-desenvolvimentismo nasce na crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, que separava os países centrais em atividades industriais e os periféricos em atividades primárias e exportadoras. Segundo David Ricardo, cada país deveria se especializar em uma geração de mercadoria em que tivesse maior vantagem para, assim, garantir suas rendas. Porém, ao contrário do que propunha, o resultado era uma lenta e progressiva baixa de preços dos produtos primários em relação aos industriais, que aceleravam seus ganhos durante a crise da economia mundial (MARTINS, 2011).

A deterioração de renda dos países periféricos gerada por esse processo criou impossibilidades crescentes para a sustentabilidade do crescimento econômico. Então, começaram a se instalar tensões sociais que deram lugar a movimentos revolucionários que buscavam redirecionar a economia na América Latina por meio da industrialização, impulsionando a modernização dos países (MARTINS, 2011).

Por conseguinte, após o fim da Segunda Guerra, que naquela época sustentava fortemente a economia, precisou-se redigir uma nova forma de reestruturar os problemas deixados pela queda da hegemonia britânica (MARTINS, 2011).

A teoria nacional-desenvolvimentista, proposta pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e teorizada, inicialmente, por Raúl Prebisch e Celso Furtado, foi uma das teorias desenvolvimentistas que estudava o quadro da economia dos países periféricos e suas relações com o resto do mundo, além de propor um meio de superar o subdesenvolvimento. Pautada pela ideia de que só com a criação de bases industriais orientadas pelo Estado a região latino-americana conseguiria superar seu quadro periférico (DUARTE, 2005; MARTINS, 2011).

Para realizar essa proposta, era necessário que o Estado estabelecesse políticas de substituição de importações, buscando internalizar a produção industrial de mercadorias que se consumia mediante a importação. Ou seja, era um meio de substituir produtos estrangeiros por nacionais, fortalecendo a economia interna dos países periféricos e com a forte intervenção do Estado, que seria responsável por controlar o comércio exterior e das exportações, indo de encontro as ideias liberais (MARTINS, 2011).

O modelo nacional-desenvolvimentismo tornou-se insustentável em determinado ponto, pois não conseguia solucionar contradições internas que impossibilitavam a diminuição do abismo social e dependência econômica (SAMPAIO, 2003).

Esse abismo social pode ser caracterizado pela pobreza da população latino-americana que, com uma renda insuficiente, era impossível usufruir dos produtos produzidos pela indústria, limitando o mercado consumidor as burguesias e aprofundando sua dependência econômica em exportações em relação aos centros do capitalismo mundial (SAMPAIO, 2003).

Além disso, com a industrialização vem a necessidade de inovações tecnológicas e, como os países latinos eram até então agrícolas e rurais, as fábricas se limitavam a replicar o maquinário existente, criando a necessidade de importar a tecnologia de países centrais que cobravam valores absurdamente altos, levando a criação de dívidas externas. Possibilitando, do mesmo jeito, o desenvolvimento do país dominante e a interdependência dos países dominados (SAMPAIO, 2003).

A interdependência entre os vários países causados pelo sistema capitalista se desenvolve a partir do momento em que algumas nações conseguem expandir-se sem limitações, enquanto outras, as periferias, estando numa situação de dependência, só é possível desenvolver-se até determinado limite, como um reflexo dos países centrais (TRINDADE, 2018).

Sendo assim, a Teoria da Dependência é pensada para entender a influência do modo de produção capitalista nas periferias, analisando os impactos econômicos e sociais, a partir da influência do desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, a teoria baseia-se numa crítica à visão tradicional de que o subdesenvolvimento é resultado da ausência do desenvolvimento produzido por fatores internos, argumentando que o subdesenvolvimento é um produto da expansão capitalista, sendo específica desse modelo econômico (TRINDADE, 2018).

Segundo Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne, as ideias centrais que a teoria defende podem ser colocadas em alguns pontos específicos:

1. O subdesenvolvimento está diretamente ligado a expansão dos países centrais, ou seja, subdesenvolvimento e desenvolvimento são complementares e não opostos;
2. A dialética total capitalista: desenvolvimento e subdesenvolvimento são pontos distintos de um mesmo processo;
3. O subdesenvolvimento não deve ser visto como um ponto de partida para a evolução, pois subdesenvolvimento gera mais subdesenvolvimento;
4. A dependência é uma condição dinâmica da estrutura interna de cada formação econômica nacional;
5. O grau de soberania de um Estado consegue executar e afirmar políticas sociais, econômicas e bélicas, enquanto agente de poder autônomo. Então, as formações socioeconômicas dependentes surgem da soberania restringida, em qualquer aspecto, social, macroeconômico, padrão e gestão monetário ou até mesmo bélicas (SANTOS, 2011).

Com isso, é possível sustentar a ideia de que a produção capitalista é permanentemente excludente e desigual e possui características responsáveis por produzir desenvolvimento e subdesenvolvimento em regiões distintas. Acrescentando ainda que a dependência se relaciona com a grande vulnerabilidade externa dos países periféricos em relação aos centrais, sendo

possível identificar a condição de dependente de um país com base na sua vulnerabilidade externa, estando sujeito a mais crises financeiras internacionais (TRINDADE, 2018).

No âmbito econômico, a Teoria da Dependência observa que as relações entre nações se colocavam além das trocas internacionais mercantis, configurando-se no movimento internacional de capitais, principalmente na forma de investimentos estrangeiros e dependência tecnológica. Esses fatores são consequência de um processo histórico imperialista, que ao atravessar toda a economia e sociedade dependente, condiciona as estruturas socioeconômicas, interligando e subordinando a economia dos países periféricos aos países centrais (TRINDADE, 2018).

A Teoria da Dependência se dividiu em duas matrizes ideológicas principais: a visão marxista e a weberiana. Na visão marxista, o capitalismo dependente presente nas economias periféricas é sustentado pela superexploração do trabalho, uma forma de rebaixamento do valor da força de trabalho e exploração intensiva que possibilita o superlucro e a transferência do capital de países periféricos para países centrais. Essa visão foi teorizada inicialmente pelas obras de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Enquanto isso, na desenvoltura da matriz weberiana se estabeleceu com maior força regional e internacional o autor Fernando Henrique Cardoso, que possuía a principal tese de que o desenvolvimento latino-americano só poderia ser subordinado ou associado (TRINDADE, 2018).

Os problemas que levaram as periferias a serem consideradas “atrasadas” derivam de heranças históricas como colonização, imperialismo e até decisões equivocadas tomadas internamente para benefício de grupos parasitários. Portanto, as possíveis soluções deveriam ser pensadas para assumir um caráter nacional e assim superar e corrigir o subdesenvolvimento, porém as soluções apresentadas foram a de fortalecer as bases industriais, pensando que resolveria os problemas políticos e sociais, igualando as economias a países centrais. Mas essa estratégia, ao invés de romper o subdesenvolvimento, somente estabeleceu uma nova forma de exploração com os mesmos parâmetros, resultando, inclusive, em uma piora na distribuição de renda (TRINDADE, 2018).

A produção de dependência na superexploração do trabalho é uma trajetória subordinada na economia mundial. Ou seja, o que define a dependência de uma nação é o grau de subordinação e limitação tecnológica, criando barreiras para a expansão autônoma, fazendo a

economia dependente permanecer atrofiada e subordinada mais ainda aos países centrais. (TRINDADE, 2018).

2.1 TEORIA DA DEPENDÊNCIA WEBERIANA

A visão weberiana, conhecida também como a visão de interdependência, nasce a partir das críticas a teoria do desenvolvimento propostas. Estabelecida, principalmente, pelas obras de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto que iniciaram seus estudos pelo fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentistas, que desejava criar bases para o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes, ideia proposta pela CEPAL entre 1940 e 1950. O principal argumento da visão weberiana é que o desenvolvimento nos países periféricos precisaria ir muito além das políticas internas, pois as mesmas não conseguiriam romper os ciclos de problemas sociais, muito menos criar uma sociedade independentes por estarem sob a dominação que condiciona suas possibilidades de desenvolvimento (DUARTE, 2005).

Cardoso e Falleto pretendiam escrever como as sociedades dependentes funcionam, suas limitações e possibilidades. Analisando que a estrutura e padrões do desenvolvimento das sociedades latino-americanas são articulados à dependência, e que a instância política nacional possui autonomia, mas precisa escolher os padrões de dominação para manter a dependência em países periféricos e autonomia em países centrais. Além de pontuar que a interação social das classes e grupos são as partes principais do processo de desenvolvimento (DUARTE, 2005).

Portando, o desenvolvimento é um processo social, derivado de um modo de interações entre classes, na qual cada grupo defenderia e submeteria o resto da sociedade a seus próprios interesses e valores. Isso parte da ideia de que a dependência não é apenas o resultado de fatos históricos, mas também de conflitos de interesses entre classes, já que são esses conflitos que contribuem para o desenvolvimento (DUARTE, 2005).

Sendo assim, pode-se dizer que o principal ideal dessa matriz é pontuar os processos econômicos enquanto processos sociais, na qual a política seria a forma de expressão do

componente econômico como dominação social. Pois o processo político é o elemento pelo qual as classes tentariam estabelecer relações que submeteriam a sociedade um determinado modo de produção, ou estabeleceriam alianças para desenvolver a economia o máximo de compatibilidade com seus interesses e objetivos (DUARTE, 2005).

Segundo os autores, a dependência é uma importante peça para o desenvolvimento do capitalismo devido à forma como se desenvolve na periferia. Então, na análise de dependência deveria existir não apenas a partir de fatores internos e externos, mas também sob a estrutura social interna composta por classes dominantes e dominadas, pois é nesse conflito de relações políticas que haverá a “decisão” de expansão ou diminuição da dependência na periferia (DUARTE, 2005).

Essas relações são importantíssimas, pois a análise precisa partir da forma como se deu a vinculação de economias subdesenvolvidas ao mercado mundial, além de entender como as classes sociais formularam o plano político e social que permitiu a situação de desenvolvimento da dependência das periferias aos centros (DUARTE, 2005).

Assim, a relação entre o centro e a periferia formaria um conjunto de relações entre grupos sociais internos e externos, e por existir uma relação de dominação, os interesses de um grupo se sobrepõe a do outro e a sociedade expressaria os interesses de grupos externos. Então, a política possui um importante papel no desenvolvimento das regiões periféricas. Sendo assim, como as políticas na América Latina foram baseadas nos fatores conjunturais do mercado, tornara-se insuficiente para um projeto de desenvolvimento autônomo, pois o próprio sistema capitalista periférico alimentou esse condicionamento. Com isso, é possível entender que seria através das organizações das relações sociopolíticas das classes internas que conseguiria produzir políticas para estruturar melhor, baseando-se em novas oportunidades, o desenvolvimento econômico (DUARTE, 2005).

Essas novas oportunidades viriam do capital privado, internacional e estatal, na qual a economia da América Latina teria a oportunidade de internalizar e colocar seu desenvolvimento nos trilhos. Assim, para os autores, a resposta alternativa seria a dependência e desenvolvimento, na qual não poderia ser apenas fruto da industrialização, mas de uma industrialização associada ao capital estrangeiro, a que André Gunder Frank chamou de “o desenvolvimento do subdesenvolvimento” (MARTINS, 2004).

A nova dependência criaria, obviamente, uma estrutura social tão excludente quanto a existente, rompendo as bases do nacionalismo-desenvolvimentista, permitindo uma elevação crescente da produção de capital relativo aos custos da dependência tecnológica e financeira. Argumentando que essa dependência era própria do sistema capitalista, com sua condição de concentração de riquezas, logo, a distribuição de renda não seria um entrave para o desenvolvimento. Ou seja, ampliará a precária distribuição de renda existente na região latino-americana, aprofundando a exploração da força de trabalho para realizar e alavancar a economia da periferia (DUARTE, 2005).

2.2 TEORIA DA DEPENDÊNCIA MARXISTA

A matriz marxista surge como uma crítica às teorias propostas pelo Partido Comunista e os pensamentos desenvolvimentistas presentes na época. Essa visão buscava entender a identidade do capitalismo dependente e sua articulação na economia mundial, propondo-se a interpretar uma nova maneira do desenvolvimento capitalista, acarretando novas categorias de interpretação da realidade latina, porém, o desenvolvimento na região deve ser compreendido considerando dois fatores: o ciclo de reprodução do capital e a expansão da economia mundial capitalista. (TRINDADE, 2018).

Proposta, principalmente, por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Thêotônio dos Santos na Universidade do Chile (1966–1973) após o exílio na ditadura militar de 1964, buscando, a partir da influência pela Revolução Cubana, uma ideologia para superar o capitalismo dependente na América Latina, criticando as concepções teóricas do desenvolvimento propostas pela CEPAL (LUCE, 2014).

Falando rapidamente dos autores, Ruy Mauro Marini (1932–1997) foi uma das figuras mais reconhecidas para a contribuição marxista, na qual baseou suas obras em detalhar sobre a dialética da dependência e do conceito de superexploração do trabalho (PERPETUA, 2017). Vânia Bambirra (1940 – 2015) foi formada em Sociologia e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Reconhecida, principalmente, em outros países latino-americanos e cuja obra perpassa por temas como a formação do capitalismo dependente na

América Latina e o pensamento clássico do marxismo na transição para o socialismo, além de outros. (PRADO, 2011). E, por fim, Theotônio dos Santos (1936 – 2018) foi um economista e sociólogo que colaborou, não só para a teoria da dependência, mas também para a teoria do sistema-mundo das relações internacionais ligadas ao capitalismo (LEIVA, 2018).

A superexploração do trabalho, proposta na matriz marxista por Marini, é estruturada a partir da obra de Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista, na qual o autor evidencia que modo capitalista de produção tem como lei uma produtividade crescente, em que a composição do capital possui uma tendência a aumentar progressivamente. Assim, acumular capital está diretamente ligado a aumentar a massa de trabalhadores, já que a única forma de criar valor adicional é com a utilização do trabalho vivo (DUARTE, 2005).

Por ser o principal motor no sistema capitalista, a classe trabalhadora acaba produzindo condições que a tornam irrisória para o processo. Pois, quando acontece um incremento na composição do capital, o que deve ser ampliado é a produtividade do trabalho e não a contratação de novos trabalhadores, fazendo com que ampliasse a quantidade de maquinários e equipamentos. Formando o exército industrial da reserva, extremamente importante para o funcionamento do capitalismo (DUARTE, 2005).

Essa importância está ligada a medida que a classe trabalhadora desempregada, que forma o exército, pressiona constantemente a parte empregada, deixando essa classe em extrema instabilidade e exploração. Ou seja, a classe trabalhadora desempregada, procurando sair desse estado, aceitará trabalhar por salários infinitamente menores do que os vigentes, pressionando a empregada a aceitarem trabalhos excessivos e salários minúsculos, mantendo a fonte de acumulação de capital (DUARTE, 2005).

Sendo assim, o capitalismo se desenvolve a partir de uma estrutura de produção que se moderniza e modifica, e que, apesar disso, gira em torno de uma constante exploração dos trabalhadores para produzir seus excedentes (DUARTE, 2005).

Caracterizar um país como dependente permite visualizar a situação interna dos países periféricos como parte da economia global. Sendo assim, foi desenvolvido um processo de estudo sobre a expansão dos centros capitalistas e sua dominação mundial (leis do desenvolvimento). Desenvolver esse pensamento é importante para cortar os laços de que o subdesenvolvimento

presente nos países periféricos é derivado de um fracasso interno em adotar estratégias de eficácia dos países centrais, sendo uma consequência do modelo econômico. (TRINDADE, 2018).

Mesmo que a teoria do desenvolvimento capitalista admita a existência de uma dependência externa, ela não consegue perceber o desenvolvimento da maneira como a teoria marxista compreende: como consequência e parte essencial do processo de expansão global do capitalismo (SANTOS, 2011)

Portanto, partindo da análise do processo de formação de uma economia global realizada pela interação de economias nacionais em um mercado mundial, é notado que as relações produzidas pelo mercado são desiguais e combinadas, já que derivam de um controle de monopólios do mercado, que enviam excedentes produzidos para países dominantes. As economias centrais possuem suas relações financeiras sustentadas não por atividades desenvolvidas dentro de seu território, mas empréstimos e exportação de capital para países periféricos, rendendo juros e, conseqüentemente, lucro, fortalecendo sua economia (TRINDADE, 2018).

Porém, para os países periféricos, essas relações não apresentam benefícios a longo prazo, acarretando perda de controle de seus recursos produtivos, pois os excedentes são gerados através da superexploração da força de trabalho, sem o interessante em investimento tecnológico, gerando uma limitação do desenvolvimento do mercado interno. Assim, caracterizando o desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, uma combinação entre desigualdades e exportação de recursos entre os países periféricos e os dominantes que acentua o processo de desigualdade e o transforma em elemento essencial para a estrutura da economia mundial. Podendo pontuar, ainda, que as relações entre países centrais e periféricos (principalmente os latino-americanos) se formam a partir da divisão internacional do trabalho, na qual as relações de produção nas economias periféricas são recriadas e transformadas para manter a reprodução em larga escala da dependência (MARINI, 2000).

Então, a relação centro e periferia pode ser descrita como uma exportação e exploração intensiva de produtos básicos e naturais que não necessitam de tecnologia desenvolvida e a superexploração da força de trabalho. É na superexploração do trabalho que a burguesia dos

países dependentes encontram a melhor possibilidade de aumentar em massa o valor para exportação e diminuir os gastos. Sendo assim, a exploração do trabalhador está diretamente ligada ao aumento da mais-valia e não de sua capacidade produtiva, sendo uma característica crucial para a produção da dependência. (MARINI, 2000).

Em determinado ponto, a Teoria da Dependência sofre grande influência de Paul Baran e André Gunder Frank, relacionado a apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos pelos monopólios comerciais, produtivos e financeiros. Para Paul Baran, em seu livro “A economia política de desenvolvimento” (1997), os excedentes são divididos especificamente em três categorias: o econômico real, o potencial e o planejado. O excedente real é a massa de recursos que a economia possui disponível, conforme o consumo; o potencial é a massa de recursos que poderia ser direcionada para o investimento, conforme o desemprego, o subemprego ou os gastos dos capitalistas e do governo; e o planejado, que seria o desenvolvido dentro de uma sociedade socialista, já que não colocaria o lucro como princípio da organização social (MARTINS, 2011).

As sociedades separam seus recursos em consumo e formação de investimentos ou poupanças, porém, para Paul Baran, os países periféricos têm seus excedentes apropriados pelos investimentos de países dominantes, vinculando prematuramente a economia internacional, forçando excessos de importações que ganham força com a manipulação de preços entre centros e periferias. Porém, para André Gunder Frank (1973, 1977 e 1980), o mundo poderia ser dividido entre metrópoles e satélites nacionais, regionais e locais, a qual a condição seria definida pela capacidade de apropriar excedentes por meio das relações econômicas internacionais. Ou seja, o subdesenvolvimento, para Frank, é uma recriação do imperialismo, pois as metrópoles se apropriam dos excedentes produzidos pela exploração dos trabalhadores da periferia. Por isso, para Frank, o subdesenvolvimento é resultado do mesmo processo histórico que o que gerou o desenvolvimento do capitalismo (TRINDADE, 2018).

Para sustentar a dependência é preciso que exista uma forte saída de recursos, resultantes em um estrangulamento externo e restrições ao crescimento. Sendo a única maneira que a economia dependente tem de prosseguir para se manter, já que mesmo existindo a necessidade de exportar seus excedentes, é possível sustentar uma dinâmica de acumulação de capital interna. (TRINDADE, 2018).

Segundo Marcelo Dias Carcanholo (2004), existe três condicionantes histórico-estruturas na dependência. O primeiro seria a redução de preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos. O segundo seria a transferência de renda dos países dependentes para os centrais de diversas formas, como juros, lucros, dividendos ou royalties, por simplesmente importarem capitais. E o terceiro seria a instabilidade dos mercados internacionais, que implicam altos juros no fornecimento de crédito aos países periféricos, colocando-os na instabilidade do ciclo internacional (DUARTE, 2005).

Esses condicionantes podem-se articular com o ideal de Theotônio dos Santos, quando o mesmo diz que existem três formas históricas de dependência condicionada, a primeira seria pelas leis de desenvolvimento da economia mundial; a segunda pelo tipo de relação econômica dominante nos países centrais e como se expandem, e a terceira é pelos tipos de relações econômicas nos países periféricos incorporados na dependência e na expansão capitalista. (TRINDADE, 2018).

Destrinchando melhor essas formas, a primeira está relacionada a uma dependência colonial, ou seja, exportação de produtos primários, na qual o Estado colonialista dominava as relações dos europeus e suas colônias. A segunda é a dependência financeiro-industrial, caracterizada pela dominação de capitais nos centros hegemônicos nos países periféricos para consumo próprio, o que possibilitou as economias dependentes uma estrutura produtiva interna dedica a exportação. Então, essas duas formas impostas as periferias galgaram as fases iniciais da dependência, na qual levaram a uma economia baseada em exportação e exploração da força de trabalho. Já a terceira forma é a tecnológico-industrial, caracterizada pelo investimento de corporações multinacionais em instalar indústrias nas economias dependentes, visando o mercado interno desses países (TRINDADE, 2018).

Assim, é possível concluir que todas as formas de dependência correspondem a uma situação condicionada pelas estruturas internas, e não só pelas relações internacionais das periferias. Ou seja, é o resultado de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, mas que a economia está diretamente ligada ao desenvolvimento e expansão das economias centrais, onde eles conseguiriam sustentar-se, porém os periféricos não (DUARTE, 2005).

Desse modo, a matriz marxista é um estudo e compreensão do processo de formação socioeconômico na região latino-americana partindo da sua integração submissa na economia capitalista mundial. Na qual observa a relação extremamente desigual presente no controle hegemônico dos mercados e a perda do controle de seus próprios recursos nos países dominados, levando a transferência de renda, sustentando cada vez mais o ciclo de dependência. Ou seja, pode-se dizer que o desenvolvimento no sistema capitalista só é possível acontecer desigualmente e sendo sustentado pelo subdesenvolvimento de uma região e o desenvolvimento de outras (DUARTE, 2005).

As teorias da dependência significaram um salto nos modelos teóricos que contribuíram para distanciar o pensamento do nacionalismo metodológico de que a condição periférica na região deriva de obstáculos do desenvolvimento ou modernização, baseadas na influência de países independentes, e entrelaçando seu subdesenvolvimento a subordinação econômica internacional. Essa contribuição sob um diferente prisma conseguiu atribuir os problemas da condição periférica a heranças históricas e assinalar com o desenvolvimento do capitalismo, possibilitando a elaboração de possíveis alternativas (MARTINS, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou responder à questão norteadora: “quais as origens históricas da condição periférica nos países da América Latina?”

Diante disso, estabeleceu-se que o objetivo geral deste trabalho seria analisar os motivos para a manutenção dos ciclos da condição periférica na América Latina, com os objetivos específicos de identificar fatores históricos responsáveis pelo subdesenvolvimento na região. Elucidado no primeiro capítulo, apontar as estratégias utilizadas para subordinar a economia de um país ao outro, pontuado no segundo capítulo e descrever como as estratégias de dependência afetam a região latino-americana, também respondida no segundo capítulo.

Ao longo dos anos e da condição periférica presente na América Latina, surgiram algumas ideias de soluções possíveis para resolver esse problema, como a industrialização, que, em tese, possibilitaria o desenvolvimento econômico da região. Porém, mesmo após o processo, os países latino-americanos ainda possuíam problemas sociais e econômicos a serem resolvidos. Portanto, para explicar essa condição surge a Teoria da Dependência, caracterizando o subdesenvolvimento da região em uma condição de subordinação presente no capitalismo entre países produtores de bens primários e países industrializados, pautado numa questão não só econômica, mas também nas estruturas de classe históricas da região. A teoria ainda pontua que o subdesenvolvimento não é uma falta de desenvolvimento, e sim uma forma de se desenvolver no sistema do capital entre dominações políticas.

A região latino-americana é formada a partir de estruturas articuladas no sistema capitalista que impossibilitam seu desenvolvimento, portanto, sua condição periférica pode ser caracterizada como uma parte do processo de manutenção do capitalismo, já que subdesenvolvimento e desenvolvimento andam juntos, um não existe sem o outro e são consequências da expansão global do modelo de produção.

Então, para complementar e explicar essa tese, foi analisado a Teoria da Dependência, tanto a visão marxista, quanto a weberiana. Essas teses articulam, de maneiras distintas, as interpretações em cima da influência e degradação do capitalismo na região, além de sua possível solução.

A visão marxista é a que mais rompe com o ciclo de subdesenvolvimento, analisando a estrutura principal do capitalismo dependente: a superexploração do trabalho, caracterizada pela

exploração do trabalhador, negando condições e salários dignos em busca da acumulação máxima de excedente, além das relações de mercado global.

Enquanto a weberiana apresenta uma alternativa tida como menos radical, já que apresenta o conceito de que seria através das organizações das relações sociopolíticas das classes internas que conseguiria produzir políticas para estruturar melhor o desenvolvimento econômico baseando-se nas oportunidades da utilização do capital estrangeiro. Não rompendo de fato com o desenvolvimento, apenas o transformando em uma nova metodologia capaz de criar um abismo social tão igual ou maior ao já existente.

Apesar das duas matrizes falarem do mesmo tema, apenas a weberiana, principalmente a obra de Fernando Henrique Cardoso “Desenvolvimento dependente e associado”, que não rompe o ciclo de desenvolvimento, foi a propagada e incentivada no território brasileiro pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Enquanto algumas obras marxistas de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theôtonio dos Santos nem se quer chegaram a ser traduzidas para o português, caracterizadas como pensamentos radicais distantes da realidade (PRADO, 2011).

Portanto, as teorias da dependência foram um avanço nos modelos teóricos, contribuindo para distanciar o pensamento de que a condição periférica na América Latina é causada por obstáculos ao desenvolvimento, analisando sua dependência econômica internacional galgada ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo. E possibilitando, assim, a elaboração de possíveis alternativas (MARTINS, 2006).

REFERÊNCIAS

MARTINS, Carlos Eduardo. **O pensamento latino-americano e o sistema mundial**. Biblioteca Clacso, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/critica/C03CMartins.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética de Dependência**. 10. ed. México: Editora Era, 1990. Ruy Mauro Marini.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 367 p.

LISSARDY, Gerardo. Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta'. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/16/por-que-a-america-latina-e-a-regiao-mais-desigual-do-planeta.ghtml>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

O novo mapa da desigualdade global. **Outras Palavras**, 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BIERNATH, André. Covid-19: por que América Latina concentra maior número de vítimas no mundo? **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-57535802>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARAM, Bernardo. Relatório da ONU vê agravamento da desigualdade com pandemia e baixo crescimento de Brasil e vizinhos. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/relatorio-da-onu-ve-agravamento-de-desigualdade-com-pandemia-e-baixo-crescimento-de-brasil-e-vizinhos.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PASSOS, Juliana. Vacinação global engatinha. **Revista POLI: saúde, educação e trabalho**, Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 211040-360, ano XIV, N° 80, p. 14 – 18, dez. de 2021. Acesso em: 4 jan. 2022.

A maioria dos países das Américas alcançará meta de vacinação contra COVID-19 até o final do ano. **OPAS**, 2021. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/noticias/13-10-2021-maioria-dos-paises-das-americas-alcancara-meta-vacinacao-contra-covid-19-ate>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

COM 14 países que ainda não vacinaram 40% de sua população, Américas continuam sendo a região mais desigual do mundo na luta contra COVID-19. **Organização Pan-Americana de Saúde**, 2 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/2-2-2022-com-14-paises-que-ainda-nao-vacinaram-40-sua-populacao-americas-continuam-sendo>> Acesso em: 28, mar. de 2022.

ORSO, Paulino. **América Latina à espera pelo grito dos livres**. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22986/15281>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MONASTERIO, Leonardo. et. al. Colônias de povoamento versus colônia de exploração: de Heeren a Acemoglu. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121609/1/833840711.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2022

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. **Revista de economia regional, urbana e do trabalho**, Pará, v. 07, ed. 02, 2018?

MARTINS, Carlos Eduardo. Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Cap. 5, p. 213 – 274. ISBN 978-85-7559-191-0.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. Orientador: Edílson José Gracioli. 2007. 10 p. Tese (Graduado em Ciências Econômicas) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

MEIRELES, Mateus Filippa. **Origens da Teoria Marxista da Dependência: Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile e a práxis de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos (1966 – 1973)**. Orientador: Mathias Seibel Luce. 2014. 99 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciado em História) — Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116474/000965094.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 out. 2022.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria**. Orientador: Claudia Wasserman. 2011. 225 p. Tese (Pós- Graduação em História) - Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequencia>. Acesso em: 18 out. 2022.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais** V.6, N.2, p. 05-20, Ago./Dez., 2017. ISSN 2238-3565. A atualidade da obra de Ruy Mauro Marini para entender o agrohidronegócio brasileiro e suas implicações para a segurança e a saúde dos trabalhadores. Disponível em: file:///C:/Users/Familia/Downloads/Artigo_Sapincia_RMMarini_Perpetua_2017.pdf. Acesso em: 27 out. 2022

QUENTAL, P. de A. (2013). A latinidade do conceito de América Latina. *GEOgraphia*, 14(27), 46-75. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i27.a13634> Acesso em: 21/11/22

THEOTÔNIO dos Santos (1936-2018): Orlando Caputo Leiva escreve sobre a vida e obra do economista Theotônio dos Santos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/03/22/theotonio-dos-santos-1936-2018/>. Acesso em: 27 out. 2022.